

## SELEÇÃO PÚBLICA

# Estágio remunerado - Direito

### INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

### Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do candidato;
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50, e uma questão subjetiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: (A) (B) (C) (D) ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. Redija a questão subjetiva na FOLHA RESPOSTA. Escreva com letra legível, respeitando os parágrafos e os limites de linhas. Não serão corrigidas questões escritas a lápis, nem na folha de rascunho;
9. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
10. Durante a prova é vedado ao candidato pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
11. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o candidato deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
12. O candidato poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. **CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 2H DO INÍCIO DA PROVA;**
13. O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
14. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do candidato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

[www.defensoria.ce.def.br](http://www.defensoria.ce.def.br)

 [fb.com/DefensoriaCeara](https://www.facebook.com/DefensoriaCeara)

 [twitter.com/defensoriaceara](https://twitter.com/defensoriaceara)

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CONSTITUCIONAL**

1 - Segundo Georges Burdeau, a Constituição é o Estatuto do Poder, garantidora da transformação do Estado - até então entidade abstrata - em um poder institucionalizado. Analise as assertivas abaixo e assinale a Constituição que consolidou a Justiça Eleitoral como órgão do Poder Judiciário, definiu os direitos políticos, o sistema eleitoral e admitiu o voto feminino:

- a) Constituição de 1891.
- b) Constituição de 1934.
- c) Constituição de 1937.
- d) Constituição de 1946.

2 - As normas constitucionais produzem efeitos, porém, algumas detêm eficácia jurídica e social, enquanto outras têm apenas eficácia jurídica. Considerando o entendimento doutrinário dominante acerca do tema, assinale a alternativa CORRETA.

Alternativas

- a) A eficácia jurídica da norma constitucional produz efeitos na medida em que revoga todas as normas que com ela conflitam.
- b) A eficácia social da norma constitucional se verifica na hipótese de a norma com o potencial para regular determinadas relações produzir efeitos apenas no campo dos direitos fundamentais sociais.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade indireta, mediata e possivelmente integral.
- d) As normas constitucionais de eficácia plena têm aplicabilidade direta, indireta, imediata e possivelmente integral.

3 – Considerando o texto Constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedada a edição de Medida Provisórias pelo chefe do Poder Executivo cuja matéria seja relativa a direitos políticos.
- b) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros

de qualquer das casas do Congresso Nacional.

- c) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- d) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

4 – Considerando o texto Constitucional, acerca da Organização do Estado, analise as assertivas e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) O Município rege-se por Lei Orgânica, votada e aprovada pelos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

( ) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

( ) Dentre os bens dos Estados Federados está o mar territorial e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

( ) Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.

- a) F – V – F – V.
- b) V – F – V – V.
- c) V – V – F – V.
- d) F – V – V – F.

5 - A representação de determinado Estado da Federação na Câmara dos Deputados é atualmente de 22 Deputados Federais. Diante disso, à luz da Constituição Federal, a quantidade de Deputados Estaduais na Assembleia legislativa respectiva será de

Alternativas

- a) 45
- b) 57
- c) 46
- d) 48

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

6 – Analise as assertivas a seguir e assinale V se verdadeiro e F se falso.

( ) O Direito administrativo consiste no conjunto de princípios e normas jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta e imediatamente os fins almejados pelo Estado.

( ) O direito administrativo pátrio é considerado não contencioso.

( ) Tem como objeto o estudo da organização e estrutura da Administração Pública.

( ) O direito administrativo é um ramo do direito público. Portanto, se utiliza exclusivamente de normas do direito público.

- a) V – V – F – V
- b) F – V – V – F
- c) V – V – V – F
- d) V – F – F – F

7 - Pode-se definir improbidade administrativa como todo o ato realizado por agente público que fira os princípios fundamentais da Administração Pública. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

- a) A ação principal, que terá o rito sumário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de sessenta dias da efetivação da medida cautelar.
- b) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- c) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

8 – Segundo o art. 1º, da Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na

forma desta Lei. Considerando o referido texto, assinale V se verdadeiro e F se falso.

( ) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou o terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos a seu patrimônio.

( ) O sucessor ou herdeiro daquele que causar lesão ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Assinale a alternativa correta.

( ) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado. Tal indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

( ) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

- a) V – V – F – V
- b) F – V – F – F
- c) F – V – V – F
- d) V – F – V – V

9 - A Constituição Federal autoriza o Estado brasileiro a intervir na propriedade privada, quando sua função social não estiver sendo observada. Para tanto, o ordenamento jurídico prevê mecanismos que possibilitam ao Estado intervir na propriedade. Nesse contexto, são modalidades de intervenção do Estado na propriedade, EXCETO:

- a) Ocupação temporária.
- b) Servidão administrativa.
- c) Concessão de serviço público.
- d) Tombamento.

10 - Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. Segundo a Di Pietro é correto afirmar sobre a finalidade do ato administrativo:

- a) É o sujeito a quem o Direito Administrativo atribui competência para a prática do ato.

- b) É o atributo no qual o ato administrativo garante ao contratante a convenção de um contrato inominado.
- c) É o resultado que a Administração Pública pretende alcançar com a realização do ato.
- d) Entende-se enquanto motivo de Direito para fundamentar o ato administrativo.

nome, a capacidade e os direitos de família são ordinariamente determinadas segundo a lei do país onde a pessoa

- a) Tiver nascido.
- b) Se encontrar, ainda que a título transitório.
- c) For domiciliada.
- d) Tiver registrado o seu assento de nascimento, mesmo que nascida em outro país.

## DIREITO CIVIL

11 – A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) não integra nosso Código Civil, consistindo em um diploma que disciplina a aplicação das leis em geral. Dessa forma, de acordo com a LINDB, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- c) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

12 – Sobre a vigência das leis brasileiras, assinale V quando verdadeiro e F se falso.

- ( ) No ordenamento jurídico brasileiro pode haver a revogação tácita de leis.
- ( ) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, em regra, revoga a lei anterior.
- ( ) É diferente, em regra, a *vacatio legis* no território brasileiro e nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
- ( ) Quando a lei não dispuser sobre o início de sua vigência, em regra, começa a vigorar quando oficialmente publicada.

- a) V – V – F – V
- b) F – V – F – F
- c) V – F – V – F
- d) V – F – V – V

13 – Considerando a LINDB, pode-se afirmar que, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o

14 - O Direito das Sucessões é a área do direito que regula o processo de transferência do patrimônio de uma pessoa falecida aos seus herdeiros. Sobre o tema, assinale V para verdadeiro e F para falso:

- ( ) São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, culposo ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;
- ( ) A exclusão do herdeiro ou legatário, por indignidade, será declarada por sentença.
- ( ) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança não será admitido a suceder, ainda que o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.
- ( ) Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.

- a) V – V – F – V
- b) F – V – F – V
- c) V – F – V – F
- d) V – F – V – V

15 – Carlos, casado no regime da comunhão parcial com Fernanda, faleceu de infarto fulminante sem deixar testamento, deixando a viúva e três filhos nascidos dessa união, todos maiores e capazes. Carlos possuía somente bens particulares no montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil de reais).

De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca de sucessões e diante da hipótese acima, analise as assertivas abaixo:

- I. Fernanda não terá direito a herança, uma vez que os bens deixados por Carlos eram particulares e Maria somente herdaria se ele tivesse deixado bens comuns.
- II. Fernanda não terá direito a herança de Carlos, porque não faz parte da vocação hereditária.
- III. Fernanda será considerada herdeira de Carlos, uma vez que eram casados no regime da

comunhão parcial de bens e o “de cujus” deixou apenas bens particulares.

IV. Como Fernanda era casada com Carlos no regime de comunhão parcial de bens, ela é meeira, por isso não terá direito a herança, não podendo ser herdeira na sucessão do marido, que será dividida entre os três filhos do casal, igualmente.

- a) Somente a I está correta.
- b) A I e II estão corretas.
- c) Somente a III está correta.
- d) Somente a IV está correta.

16 - A palavra usucapião vem do latim “usucapio”, que significa “tomar ou adquirir pelo uso”. A usucapião permite que uma pessoa requeira a propriedade de um bem, após usá-lo por determinado período e desde que atenda algumas condições. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, independente de justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- b) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até cento e cinquenta metros quadrados, tendo agido de boa-fé por cinco anos, ininterruptamente, e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- c) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, desde que possua justo título e tenha agido de boa-fé.
- d) O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido para comprovar a usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, desde que contínuas, pacíficas e em determinadas circunstâncias, com justo título e boa-fé.

17 – A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, definindo crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Segundo o ECA, é assegurado ao adolescente, até \_\_\_\_\_ de

idade, bolsa de aprendiz.

- a) Quinze anos.
- b) Dezesete anos.
- c) Quatorze anos.
- d) Dezesesseis anos.

18 – De acordo com o ECA, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Que nome é dado ao processo de formação técnico-profissional ministrado segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor?

- a) Capacitação profissional.
- b) Profissionalização.
- c) Aprendizagem.
- d) Capacitação profissional.

19 – segundo a Lei n.º 12.318/2010 (artigo 2º), alienação parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com esse. Sobre a referida lei pode-se afirmar:

- a) A alienação parental é ato praticado por um dos genitores da criança contra o outro genitor, não podendo ser praticada por outros membros da família, com avós e tios.
- b) Os atos de alienação parental submetem-se ao princípio da tipicidade.
- c) A mudança de domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança com o outro genitor é ato de alienação parental.
- d) Caracterizada a existência de qualquer ato de alienação parental, deverá o juiz, de forma imediata, determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão.

20 – O direito do consumidor é um valioso instrumento de cidadania e de desenvolvimento, pois além de assegurar a proteção do consumidor, promove a qualidade e o avanço das relações de consumo. Considerando a Lei nº 8.078/1990, relativas à defesa do consumidor, pode-se afirmar que:

- a) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas deverá ser exercida em juízo individualmente.
- b) A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor.
- c) Em caso de procedência do pedido, a condenação não será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- d) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21 - Consoante o Código de Processo Civil de 2015, analise as assertivas e assinale V se verdadeiro e F se falso.

( ) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil; III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.

( ) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o autor, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação e III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado por brasileiro nato.

( ) Para postular em juízo, é necessário ter interesse e legitimidade.

( ) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

- a) V – F – V – F
- b) F – V – F – V
- c) V – V – V – F
- d) F – F – V – V

22 – Os pressupostos processuais da ação, segundo a doutrina já consolidada, são requisitos de existência

e validade da relação jurídica processual. Consoante ao Código Civil de 2015, assinale a alternativa correta quanto aos referidos pressupostos para propositura da ação:

- a) Possibilidade e legitimidade.
- b) Interesse e legitimidade.
- c) Adequação e interesse.
- d) Necessidade e legitimidade.

23 – Sabemos que as normas fundamentais processuais são um conjunto de regras e princípios que servem como base para as demais normas dispostas no Código de Processo Civil. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- b) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.
- c) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- d) O direito de consultar os autos e requerer certidões de processo que tramite em segredo de justiça é restrito às partes, aos seus representantes e a qualquer advogado, mesmo sem procuração nos autos.

24 - O Ato pelo qual o réu requer a ampliação do polo passivo da relação processual para, se procedente a demanda, aquele que vier compor o polo passivo também seja condenado, servindo a sentença como título executivo judicial em face deste. A definição apresentada diz respeito à(ao):

- a) Litisconsórcio passivo necessário.
- b) Denúnciação à lide.
- c) Chamamento ao processo.
- d) Assistência litisconsorcial.

25 – Acerca da denúnciação da lide, pode-se afirmar que:

- a) Sendo julgados procedentes os pedidos da ação original e da litisdenúnciação, poderá o

autor requerer o cumprimento da sentença em desfavor do réu e, também, do denunciado;

- b) É cabível em processos de conhecimento, de execução e cautelares, tocando ao interessado formulá-la, sob pena de perda do direito de regresso;
- c) É modalidade provocada de intervenção de terceiros, cabendo apenas à parte ré da ação original formulá-la, não havendo interesse jurídico para a parte autora em fazê-lo;
- d) Se o denunciante for sucumbente na demanda original, a litisdenúnciação não terá o seu mérito apreciado pelo juiz, diante da perda de seu objeto;

26 – Considerando o Código de Processo Civil, analise as assertivas, indicando V se verdadeira e F se falsa.

- ( ) Incumbe ao juiz, durante a fase de conhecimento, promover a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;
- ( ) No curso do processo, não cabe ao juiz exercer o poder de polícia.
- ( ) Cabe ao juiz determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que poderá incidir a pena de confesso;
- ( ) O juiz poderá se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico, não podendo decidir por equidade.

- a) V – F – F – V
- b) V – V – V – V
- c) F – F – F – F
- d) F – V – F – V

27 - A tutela provisória é uma tutela jurisdicional sumária e não definitiva. Sobre a temática, analise as assertivas, indicando V se verdadeiro e F se falso.

- ( ) A tutela provisória de urgência antecipada será concedida em caráter antecedente e a cautelar em caráter incidental.
- ( ) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- ( ) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber
- ( ) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

- a) V – F – F – V
- b) F – F – V – V
- c) F – V – F – F
- d) F – V – F – V

28 – Analise as assertivas e assinale a correta:

- a) O exequente só ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar a total inexistência da obrigação que ensejou a execução.
- b) O bem indivisível poderá ser levado à alienação no processo de execução, desde que se garanta ao coproprietário ou ao cônjuge meeiro alheio à execução o correspondente à sua quota-parte, incidente sobre o valor do leilão, ainda que este seja inferior ao da avaliação.
- c) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça deverá ocorrer em processo autônomo.
- d) A execução pode ser promovida contra o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor;

29 – Considerando a sistemática processual, assinale a alternativa correta acerca da jurisdição.

- a) As condições da ação, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, são: a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade.
- b) Nos juizados especiais cíveis o árbitro pode julgar por equidade, desde que haja prévia autorização das partes.
- c) O Novo Código de Processo Civil brasileiro não mais prevê a exigência da identidade física do juiz.
- d) Não fazem coisa julgada, os procedimentos de jurisdição voluntária.

30 – Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei 13.105/2015, considerando os limites da função jurisdicional.

- a) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, exceto se o autor da herança for de nacionalidade

estrangeira ou possuir domicílio fora do território nacional.

- b) O fato de o consumidor ter residência ou domicílio no Brasil indica a possibilidade de a demanda envolvendo relação de consumo ser processada e julgada no país.
- c) É de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, salvo se o titular dos bens tiver nacionalidade estrangeira.
- d) Pendência de causa ante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

## DIREITO PENAL

31 – Sobre as fontes do direito penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Segundo o conceito tradicional, as fontes de cognição são classificadas em: mediatas, representadas pelos costumes e princípios gerais do direito e imediatas, representadas pelas leis.
- b) O complemento da norma penal em branco considerada em sentido lato provém de fonte formal diversa, enquanto o da norma penal em branco considerada em sentido estrito provém da mesma fonte formal.
- c) Na norma penal em branco ao avesso, o preceito secundário fica a cargo de norma complementar, podendo ser legal ou infralegal, conforme o ordenamento jurídico brasileiro.
- d) As fontes materiais revelam o direito; as formais são as de onde emanam as normas, que, no ordenamento jurídico brasileiro, referem-se ao Estado.

32 - Considere a situação hipotética: o Presidente da República editou Medida Provisória tornando crime determinada conduta que não era criminalizada. Diante desse cenário, é correto afirmar que a Medida Provisória

- a) Tem vigência e eficácia a partir de sua adoção, mas não pode retroagir para criminalizar condutas que são anteriores à sua edição.

- b) Pode criminalizar condutas, obedecida a vacatio legis de 30 dias, mas não pode retroagir.
- c) Entrará em vigor imediatamente, mas perderá eficácia se não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.
- d) Tem força de lei, mas não atende ao Princípio da Legalidade e a criminalização, portanto, é inconstitucional.

33 – Sobre as características do direito penal é correto afirmar:

- a) Deve ser afastada a aplicação de nova lei que estabelecer nova causa de diminuição de pena e nova causa de aumento para um tipo penal incriminador existente, se o fato ocorreu antes de sua vigência, ainda que em benefício do
- b) É impossível incriminar a simples conduta humana que exponha a perigo bens jurídicos, ainda que não exista vítima determinada e direta.
- c) Não se aplica a lei excepcional a fato praticado durante sua vigência, quando findo o período de sua duração ou quando cessarem as circunstâncias que a determinaram.
- d) Segundo a teoria da atividade, deve ser analisado todo o desdobramento da ação criminosa para se estabelecer o local do delito.

34 – Sobre as leis penais, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – Lei penal que acarretar benefício ao acusado não pode ser aplicada se já houver trânsito em julgado da sentença.

II – É permitida a criação de tipos penais incriminadores por meio de medidas provisórias.

III – A exigência de lei para criar tipos penais é garantia prevista na Constituição Federal.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

35 – Sobre infração penal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A expressão infração penal abrange apenas crimes e delitos.
- b) Delitos e contravenções são termos sinônimos.



- c) O critério distintivo entre crime e contravenção é dado pela natureza da pena privativa de liberdade cominada.
- d) Adotou-se o critério bipartido, segundo o qual as condutas puníveis dividem-se em crimes ou contravenções (como sinônimos) e delitos.

36 – Fernando guarda em sua casa duas armas de fogo, sendo uma de calibre permitido e uma de calibre proibido e ambas sem autorização administrativa ou registro regulamentar. Determinado dia, ele resolve levar sua arma de calibre de uso proibido para o sítio da família que fica em outra cidade, na intenção de proteger a propriedade, pois estavam havendo muitas invasões na localidade. Ocorre que, no meio do caminho, Fernando para em uma blitz policial e tem sua arma apreendida, além de ser preso em flagrante. Considerando a situação hipotética, bem como, caso a Polícia consiga um mandado para fazer uma busca na residência de Fernando e encontre a arma de fogo de uso permitido que lá estava, pode-se afirmar que ele será denunciado por:

- a) Porte irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.
- b) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- c) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.
- d) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte irregular de arma de fogo de uso restrito.

37 – Sobre a Lei nº 10.826/2003, pode-se afirmar que a conduta de colecionador, com registro para a prática desportiva e guia de tráfego, que se dirigia ao clube de tiros sem portar consigo a guia de trânsito da arma de fogo caracteriza-se como:

- a) Omissão de cautela
- b) Posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- c) Conduta atípica.
- d) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

38 – Considerando a Lei nº 10.826/2003, aquele que alterar sinal de identificação de arma de fogo está sujeito à pena de

- a) Detenção, apenas.
- b) Detenção e à de multa.
- c) Reclusão e à de multa.
- d) Reclusão, apenas.

39 - Sobre a lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, pode-se afirmar:

- a) O juiz assegurará o afastamento do local de trabalho por tempo indeterminado, para preservar a integridade física e psicológica da vítima
- b) O juiz assegurará o afastamento do local de trabalho por até 2 anos, quando a situação for grave, para preservar a integridade física e psicológica da vítima
- c) O juiz assegurará manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 6 meses
- d) O juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 12 meses

40 - Acerca do Código de trânsito Brasileiro, pode-se afirmar que: Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE:

- a) Responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito;
- b) Coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;
- c) Estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;
- d) Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

41 – Considerando o tema Ação Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público

receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

- b) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 15 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- d) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

42 – Considere a seguinte situação hipotética: Foi instaurado inquérito policial após a notícia de suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, delito de ação penal pública incondicionada. No entanto, as diligências restaram infrutíferas, não sendo capazes de apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. Diante da situação apresentada, é correto afirmar que, no caso,

- a) O inquérito policial deve ser arquivado diretamente pelo delegado de polícia, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- b) O delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito, no entanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.
- c) Apesar do delegado de polícia não poder arquivar diretamente o inquérito, suas conclusões vinculam o órgão do Ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- d) O delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito, no entanto, caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

43 – Sobre o Habeas Corpus, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O Habeas Corpus preventivo busca reprimir uma prisão ilegal, sendo utilizado quando o ato contra a liberdade de um indivíduo já se ocorreu.

II – O habeas corpus está previsto na Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXVIII, “conceder-se-á “habeas-corpus” sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

III – É um remédio constitucional utilizado para garantir a liberdade de um indivíduo, quando ele for preso ilegalmente ou sofrer ameaça de prisão, por conta de ato ilegal ou realizado com abuso de poder.

É correto afirmar:

- a) I e II, apenas.
- b) III apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

44 – Sobre o Habeas Corpus pode-se afirmar que; compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente habeas corpus:

- a) Quando o ato coator for de tribunal superior, exceto do tribunal superior do trabalho ou um dos tribunais regionais federais.
- b) Em que for paciente o procurador-geral da república
- c) Em que for paciente o presidente da república, o vice-presidente, os governadores de estado e do distrito federal, os membros do congresso nacional, e seus próprios ministros.
- d) Em que for paciente o procurador-geral da república e os procuradores-gerais de justiça.

45 – Analise as assertivas e marque a correta:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida por qualquer das partes
- b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não poderá considerar válido o ato se realizado de outro modo.
- c) a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras, ainda que dela sejam independentes.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam.

46 – Carla, após descobrir que o marido Jairo a traía, resolveu pedir o divórcio e voltou para casa dos pais. Inconformado, Jairo vai ao encontro de Carla e após essa não querer reatar o relacionamento, ele tenta matá-la usando uma faca, mas é impedido pelo ex-sogro, que consegue contê-lo até a chegada da polícia que o prende em flagrante. Carla, pretende se habilitar como assistente de acusação do Ministério Público e constitui um advogado para representar seus interesses como assistente de acusação. Considerando a situação apresentada, na qualidade de assistente de acusação, Carla, por intermédio de seu advogado, poderá

- Formular quesitos, indicar assistente técnico e requerer a decretação de prisão preventiva.
- Na falta de peritos oficiais, poderá assinar laudo pericial complementar, desde que previamente requerido e autorizado pelo juiz competente.
- Dispensar a atuação do ministério público e prosseguir como única parte acusadora na ação penal pública.
- Determinar a abertura de inquérito policial e, conforme o caso, pugnar pela decretação da prisão temporária do indiciado.

47 – Sobre o Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça, analise as assertivas e assinale a correta:

- O impedimento ou a suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que Ilhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o

sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

- A admissão do assistente de acusação independe de prévia oitiva do Ministério Público.
  - A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indique por ocasião do interrogatório.
- Apenas a I está correta
  - Estão corretas a I e II
  - Estão corretas II e III
  - Apenas a III está correta

48 – Assinale o recurso cabível em caso de ocorrência de nulidade após a decisão que tenha pronunciado o acusado:

- Recurso em sentido estrito.
- Apelação.
- Reclamação.
- Agravo.

49 – Assinale o recurso cabível em caso de indeferimento do pedido de reconhecimento da prescrição.

- Apelação.
- Mandado de segurança.
- Recurso em sentido estrito.
- Recurso inominado.

50 – Para se atribuir o efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito é admissível o manejo de:

- Agravo regimental.
- Correição parcial.
- Poder geral de cautela.
- Ação cautelar inominada.

### PROVA SUBJETIVA

Considere a seguinte situação hipotética: Tratado Internacional de Direitos Humanos é incorporado ao Brasil após ser discutido em um só turno em cada casa do Congresso Nacional, com aprovação por maioria simples. Ocorre que os preceitos desse tratado contrariam determinada lei federal.

Nessa situação disserte, de forma fundamentada, sobre a possibilidade do referido tratado servir de controle de constitucionalidade tornando inconstitucional a referida lei federal.

### RASCUNHO

